

## FORÇAS SOCIAIS NA LUTA PELA HEGEMONIA: PERSPECTIVAS NEOGRAMSCIANAS NA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Adam David Morton<sup>1</sup>  
Tradução: Caio Gontijo

### Prefácio e nota do tradutor

É bastante conhecida a história segundo a qual Antonio Gramsci, dois anos após sua prisão pelas forças de Mussolini, no dia do seu julgamento, teria escutado do promotor a famosa afirmação: “É preciso impedir que esse cérebro funcione por vinte anos”. Caso Gramsci esteja para sua ‘inquisição’ assim como Galileu esteve para a sua, é possível que ainda o tenham escutado retrucar algo como “e ainda assim, se move” (*eppur si muove*). Assim como a Terra continuou a se mover, também continuou a funcionar o ‘cérebro’ de Gramsci e, muito mais relevante que isso, sua filosofia da práxis, no que segue viva hoje – suscitando os mais profundos temores aos inquisidores de hoje que se vêm atormentados pelo mistificado Gramsci ‘onipresente’, ainda vivo na ‘revolução cultural’ que observam em todos os cantos, como quem começa a desconfiar que ‘tudo é política’, portanto, onde quer que se olhe, há luta.

As reflexões no cárcere o tornaram um gigante da filosofia política, mas logo seu pensamento transbordou os “domínios” desse campo, em direção a diversas áreas, desde a Educação à Linguística etc. até seu uso ‘prático’ na formulação de teses e estratégias político-partidárias, de movimentos e associações. Logo, também chegou às Relações Internacionais (RI), por meio das reflexões vanguardistas de Robert W. Cox. Isso foi possibilitado pelas traduções para o inglês dos *Cadernos do cárcere*, primeiramente por Quintin Hoare e Nowell-Smith, na década de 1970, posteriormente por Joseph Buttigieg, na década de 1990.

No Brasil, as traduções para o português de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, entre o final da década de 1990 e início de 2000, exerceram bastante influência para um uso mais sistemático das noções e categorias de análise gramscianas, que já florescia em algumas forças políticas e sociais. No entanto, para as Relações Internacionais feitas no Brasil, Gramsci e a teoria crítica das RI, inaugurada por Cox (cujo seminal artigo “Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além

da teoria de Relações Internacionais”, finalmente ganhou uma tradução pela revista Oikos, em 2021), seguem pouco difundidos e seus herdeiros atuais pouco traduzidos para o português.

Adam David Morton é, hoje, um dos principais expoentes dessa herança. Ele atualmente é professor de Economia Política no Departamento de Economia Política da University of Sydney, onde ingressou em 2014. Anteriormente, ele foi professor associado de Economia Política e codiretor do Centre for the Study of Social and Global Justice (CSSGJ) da University of Nottingham (2005-2014). Neste artigo, Morton estabelece também um importante diálogo com outros importantes expoentes atuais da teoria crítica, como S. Gill, H. Overbeek, K. van der Pijl, M. Rupert, C. N. Murphy e A. Bieler, com quem coautora diversos artigos e livros.

Partindo de Gramsci e da teoria crítica das RI, Morton compreende que a hegemonia opera em dois níveis: “construindo um bloco histórico e estabelecendo a coesão social *dentro* de uma forma de Estado, bem como expandindo um modo de produção *internacionalmente* e projetando hegemonia através do nível da ordem mundial.” O ponto de partida, como observou Gramsci, era e não deixou de ser “nacional”, não obstante logo possa se (re)afirmar internacionalmente.

Acerca da tradução em si deste artigo, originalmente intitulado “*Social Forces in the Struggle over Hegemony: Neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy*” e publicado na *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society* (v. 15, n. 2, p. 153-179, 2003), a fim de não sobrecarregar a obra, procurei reduzir as intervenções relativas à tradução apenas ao indispensável. Em algumas situações, para desambiguação, inseri entre colchetes a palavra original (p. ex. “*framework*”). Por fim, busquei traduções para o português já existentes das obras citadas diretamente por Morton e, para Gramsci em especial, inseri também o número da nota (“§”) e do caderno correspondente (“Q”). No entanto, para o resto da bibliografia crítica ou neogramsciana das Relações Internacionais, há pouquíssimas traduções para o português, o que resultou num grande número de traduções próprias de citações diretas, cujas versões originais forneci como notas de fim.

Caio Gontijo

## Forças sociais na luta pela hegemonia: perspectivas neogramscianas na Economia Política Internacional

### Introdução

Situada dentro de uma problemática materialista histórica de transformação social e recorrendo a muitos dos insights do marxista italiano Antonio Gramsci, uma ruptura crucial com as abordagens de Relações Internacionais dominantes do neorrealismo surgiu na década de 1980 na obra de Robert Cox. Em contraste com as principais rotas de solução de problemas para a hegemonia nas relações internacionais – que desenvolvem uma teoria estática da política; uma concepção abstrata e a-histórica do Estado; e um apelo à validade universal – o debate mudou em direção a uma teoria crítica da hegemonia, ordem mundial e mudança histórica.<sup>2</sup> Em vez de uma preocupação de solução de problemas com a manutenção das relações sociais de poder, uma teoria crítica da hegemonia direciona a atenção para o questionamento da ordem prevalecente do mundo. Portanto, “não considera as instituições e as relações sociais e de poder como dadas, mas as questiona ao se preocupar com suas origens e como e se elas podem estar em processo de mudança.” (COX, 2021, n.p. [COX, 1981, p. 129]). No entanto, em vez de contrastar as preocupações dessas abordagens concorrentes, o objetivo aqui é buscar uma rota teórica crítica para questões de hegemonia. Esse movimento não exclui necessariamente o diálogo entre teoria de solução de problemas e teoria crítica, visto que não são empreendimentos mutuamente exclusivos, mas permanece cauteloso quanto aos apelos assimilatórios pela síntese que emana dos expoentes convencionais.<sup>3</sup>

O ímpeto crítico tem uma afiliação menos que direta à constelação de pensamento social conhecida como Escola de Frankfurt representada, entre outras, pela obra de Max Horkheimer, Theodor Adorno ou, mais recentemente, Jürgen Habermas (COX, 1995a, p. 32).<sup>4</sup> Embora possam existir sobreposições, é especificamente crítico no sentido de perguntar como as ordens sociais ou mundiais existentes surgiram; como as normas, instituições ou práticas sociais emergem; e quais forças podem ter o potencial emancipatório para mudar ou transformar a ordem prevalecente. Como tal, uma teoria crítica desenvolve uma teoria dialética da história preocupada não apenas com o passado,

mas com um processo contínuo de mudança histórica e com a exploração do potencial para formas alternativas de desenvolvimento (COX, 1981, p. 129, p. 133-134). Esta teoria crítica da hegemonia, portanto, concentra-se na interação entre processos particulares, notavelmente surgindo das possibilidades dialéticas de mudança dentro da esfera da produção e do caráter explorador das relações sociais – não como essências imutáveis e a-históricas, mas como uma criação contínua de novas formas (p. 132).

O surgimento dessa problemática também pode ser situado numa reação às correntes mais científicas ou positivistas dentro do materialismo histórico. É bem sabido que o próprio Antonio Gramsci reagiu contra o raciocínio bronco de Nikolai Bukharin no “Manual Popular” que buscava estabelecer o materialismo histórico como uma ciência ou sociologia positiva (BUKHARIN, 1969) (GRAMSCI, 1971, p. 419-472). Da mesma forma, para Cox, um modo de pensamento histórico foi aplicado ao estudo da mudança histórica como uma reação ao entendimento estático e abstrato do capitalismo associado a Louis Althusser. Não contrariamente às abordagens neorrealistas de solução de problemas, Althusser procurou projetar uma epistemologia a-histórica, sistemática e universalista que equivalia a um “marxismo teológico” em seu esforço para revelar a essência interior do universo (ALTHUSSER, 1969). O caráter “científico” do conhecimento marxista costumava ser afirmado por Althusser (1970, p. 132) em contraste com a divergente insistência materialista histórica de Cox em considerar a base material e ideacional das práticas sociais inscritas nas lutas transformativas entre as forças sociais decorrentes dos processos produtivos (COX, 1981, p. 133, 1983, p. 163).

A primeira seção deste artigo, portanto, descreve o quadro [*framework*] conceitual desenvolvido por Robert Cox e aquelas perspectivas neogramscianas que foram reconhecidas (ver MORTON, 2001a) como semelhantes, embora distintas, em Economia Política Internacional, que constituem uma rota de teoria crítica distinta na consideração sobre hegemonia, ordem mundial e mudança histórica. Posteriormente, a atenção se voltará para situar a crise econômica mundial dos anos 1970 nos debates mais recentes sobre a globalização e como esse período de “mudança estrutural” foi conceituado. Por fim, várias controvérsias em torno das perspectivas neogramscianas serão traçadas antes de elaborarmos, para concluir, as direções nas quais pesquisas futuras poderiam prosseguir.

## Uma rota da teoria crítica para a hegemonia, ordem mundial e mudança histórica

De acordo com Cox, os padrões das relações de produção são o ponto de partida para analisar o funcionamento e os mecanismos de hegemonia. No entanto, desde já, isso não deve ser entendido como um movimento que reduz tudo à produção em um sentido economicista: “A produção ... deve ser entendida no sentido mais amplo. Não se limita à produção de bens físicos usados ou consumidos. Abrange a produção e reprodução do conhecimento e das relações sociais, da moral e das instituições que são pré-requisitos para a produção de bens físicos” (COX, 1989, p. 39)<sup>5</sup>.

Esses padrões são chamados de modos de relações sociais de produção, que encapsulam configurações de forças sociais engajadas no processo de produção. Ao discernir diferentes modos de relações sociais de produção, é possível considerar como as mudanças nas relações de produção dão origem a forças sociais particulares que se tornam as bases do poder dentro e entre os Estados e dentro de uma ordem mundial específica (COX, 1987, p. 4). O objetivo de delinear diferentes modos de relações sociais de produção é questionar o que promove a emergência de modos particulares e o que pode explicar a maneira como os modos se combinam ou passam por transformação (p. 103). Argumenta-se que a relação recíproca entre produção e poder é crucial. Para examinar essa relação, é desenvolvido um quadro que enfoca como o poder nas *relações sociais de produção* pode dar origem a certas *forças sociais*, como essas forças sociais podem se tornar as bases do poder nas *formas de Estado* e como isso pode moldar a *ordem mundial*. Esse quadro gira em torno da ontologia social das estruturas históricas.

Uma ontologia social meramente se refere às propriedades-chave que se pensa constituírem o mundo social e, portanto, representam reivindicações sobre a natureza e a relação de agentes e estruturas sociais. Nesse caso, a ontologia social das estruturas históricas refere-se a “práticas sociais persistentes, feitas pela atividade humana coletiva e transformadas por meio da atividade humana coletiva” (p. 4). Portanto, é feita uma tentativa de capturar “a relação recíproca de estruturas e atores” (COX, 1995a, p. 33, 2000b, p. 55-59) (BIELER e MORTON, 2001). Três esferas de atividade constituem assim uma estrutura histórica: *as relações sociais de produção*, abrangendo a totalidade das relações sociais em formas materiais, institucionais e discursivas que engendram forças sociais particulares; *formas de Estado*, consistindo em complexos historicamente

contingentes de Estado / sociedade civil; e *ordens mundiais*, que não apenas representam fases de estabilidade e conflito, mas proporcionam o alcance para pensar como formas alternativas de ordem mundial podem emergir (COX, 1981, p. 135-138). Elas estão representadas esquematicamente na figura 1 (p. 138).

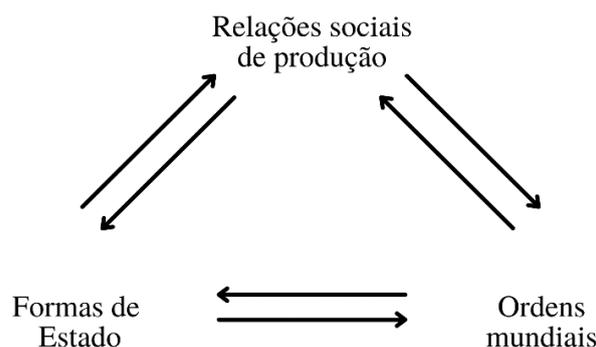


Figura 1. A relação dialética de forças

Se consideradas dialeticamente, em relação umas às outras, torna-se possível representar o processo histórico por meio da configuração particular das estruturas históricas. As forças sociais, como os principais atores coletivos engendrados pelas relações sociais de produção, operam dentro e entre todas as esferas de atividade. Por meio do surgimento de forças sociais conflitantes, vinculadas a mudanças na produção, podem ocorrer transformações que se reforçam mutuamente nas formas de Estado e de ordem mundial. Não há relação unilinear entre as esferas de atividade, e o ponto de partida para explicar o processo histórico pode variar. Por exemplo, o ponto de partida poderia ser igualmente o de formas de Estado ou ordens mundiais (p. 153, n. 26). Dentro de cada uma das três esferas principais, argumenta-se que três outros elementos se combinam reciprocamente para constituir uma estrutura histórica: *ideias*, entendidas como significados intersubjetivos, bem como imagens coletivas da ordem mundial; *capacidades materiais*, referindo-se aos recursos acumulados; e *instituições*, que são amálgamas dos dois elementos anteriores. Estes, novamente, são representados esquematicamente na figura 2 (p. 136).

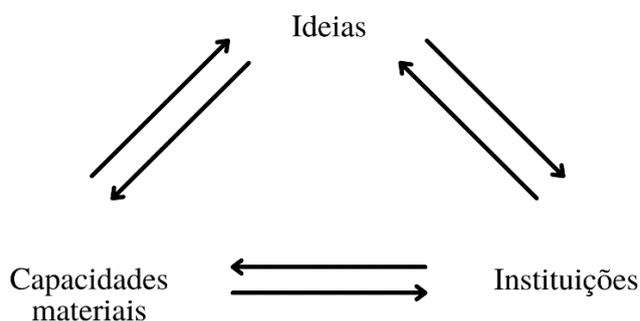


Figura 2. O momento dialético de hegemonia

O objetivo é destrinchar, ao longo do tempo, estruturas históricas coerentes – consistindo em diferentes padrões de relações sociais de produção, formas de Estado e ordem mundial – que existiram dentro do modo de produção capitalista (COX, 1987, p. 396-398). Nesse sentido, o ponto de partida para Cox é o da ordem mundial, e é nesse estágio que uma noção discreta de hegemonia começa a desempenhar um papel no quadro conceitual geral.

Dentro de uma ordem mundial, uma situação de hegemonia pode prevalecer com base “em uma conjunção coerente ou encaixe entre uma configuração de poder material, a imagem coletiva prevalecente da ordem mundial (incluindo certas normas) e um conjunto de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade.” (COX, 2021, n.p. [COX, 1981, p. 139]). A hegemonia, portanto, torna-se mais do que simplesmente o domínio do Estado. Aparece como uma expressão de um consentimento de base ampla que se manifesta na aceitação de ideias, apoiando-se em recursos materiais e instituições, que é inicialmente estabelecida por forças sociais que ocupam um papel de liderança dentro de um Estado, mas depois é projetada para fora, em escala mundial. A hegemonia é, portanto, uma forma de dominância, mas se refere mais a uma ordem consensual de maneira que “a dominância de um Estado poderoso pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para a hegemonia.” (COX, 2021, n.p. [COX, 1981, p. 139]). Como disse Cox, “hegemonia é uma forma em que a dominância é obscurecida ao alcançar uma aparência de aquiescência ... como se fosse a ordem natural das coisas ... [É] uma coerência internalizada que muito provavelmente surgiu de uma ordem imposta externamente, mas foi transformada numa realidade constituída intersubjetivamente” (1994, p. 366)<sup>6</sup>. Daí a importância de incorporar a esfera intersubjetiva ao enfoque na

hegemonia. Se hegemonia é entendida como uma “atividade formadora de opinião”, no lugar de força bruta ou dominância, então a consideração deve se voltar para como uma ordem social ou mundial hegemônica é baseada em valores e entendimentos que permeiam a natureza dessa ordem (COX, 1996b, p. 151), daí, como os significados intersubjetivos – noções compartilhadas sobre as relações sociais – moldam a realidade. “‘Realidade’ não é apenas o ambiente físico da ação humana, mas também o contexto institucional, moral e ideológico que molda os pensamentos e as ações” (COX, 1997, p. 252). O argumento crucial a se fazer, então, é que a hegemonia se infiltra pelas estruturas da sociedade, economia, cultura, gênero, etnia, classe e ideologia. Essas são dimensões que escapam às rotas para a hegemonia convencionais das Relações Internacionais, que simplesmente igualam a noção ao domínio do Estado. Como resultado, elas juntam as duas formas de poder. Não se reconhece que “pode haver domínio sem hegemonia; [e que] a hegemonia é uma forma possível de domínio.” (COX, 2021, n.p. [COX, 1981, p. 153, n. 27]).

Ao incluir a esfera intersubjetiva dentro de uma teoria da hegemonia, também é possível começar a apreciar concepções alternativas e diferentes entendimentos do mundo. Nesse sentido, Cox se refere às civilizações como diferentes esferas de intersubjetividade, embora possa haver um terreno comum, ou pontos de contato, entre as subjetividades distintas e separadas de diferentes civilizações coexistentes (COX, 1996a, 2000a, 2001). Formas rivais de capitalismo estão conectadas a lutas entre diferentes civilizações, ou modos de vida, de maneira que o desafio é articular ideias compartilhadas que possam fazer a ponte entre as diferentes esferas de intersubjetividade (COX, 1995b, p. 16). Isso se aplica tanto à manutenção de uma situação hegemônica quanto às propostas de contra-hegemonia que visam desafiar e transformar uma hegemonia vigente.

A atenção dentro dessa rota alternativa para a hegemonia, portanto, vai além de simplesmente definir a hegemonia em termos centrados no Estado. Isso se faz ampliando a investigação para incluir uma esfera intersubjetiva, bem como englobando um foco na base social do Estado. O desenvolvimento chave do último será agora discutido com um pouco mais de detalhes. Esta parte da discussão também começará a indicar o papel desempenhado por alguns dos conceitos centrais de Antonio Gramsci.

Em vez de reduzir a hegemonia a uma única dimensão de dominação baseada nas capacidades dos Estados, a perspectiva neogramsciana desenvolvida por Cox amplia o domínio da hegemonia. O quadro conceitual esboçado acima considera como novos modos

de relações sociais de produção se tornam estabelecidas dentro de distintas *formas de Estado*; como as mudanças nas relações de produção dão origem a configurações de *forças sociais* sobre as quais o poder do Estado pode se apoiar; e como as condições da *ordem mundial* podem afetar essas outras esferas. Portanto, no lugar de tomar o Estado como uma categoria institucional dada ou pré-constituída, considera-se a construção histórica de várias formas de Estado e o contexto social de luta política. Isso é realizado com base no conceito de bloco histórico e ampliando uma teoria do Estado para incluir as relações dentro da sociedade civil.

Um bloco histórico se refere à maneira pela qual as forças sociais que têm liderança dentro de um contexto nacional específico estabelecem uma relação sobre as forças sociais em conflito. É mais do que simplesmente uma aliança política entre forças sociais representadas por classes ou frações de classes. Indica a integração de uma variedade de interesses de classe diferentes que são propagados por toda a sociedade “determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral ... num plano “universal”” (GRAMSCI, 2017a, Q13 §17, p. 39 [1971, p. 181-182] ). A própria natureza de um bloco histórico, como Anne Showstack Sassoon (1987, p. 123) delineou, necessariamente implica a existência de hegemonia. De fato, o “plano universal” que Gramsci tinha em mente era a criação de hegemonia por um grupo social fundamental sobre grupos subordinados. A hegemonia seria, portanto, estabelecida “se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica ... só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico.’” (GRAMSCI, 2015, Q11 §67, p. 173 [1971, p. 418]).

Essas questões estão abarcadas dentro do foco em diferentes formas de Estado que, como Cox observa, são principalmente distinguidas pelas “características de seus blocos históricos, ou seja, as configurações de forças sociais sobre as quais o poder do Estado, em última análise, repousa. Uma configuração particular de forças sociais define na prática os limites ou parâmetros dos propósitos do Estado, e o *modus operandi* da ação do Estado, define, em outras palavras, a *raison d'état* de um Estado particular” (COX, 1987, p. 105)<sup>7</sup>. Em suma, ao considerar diferentes formas de Estado, torna-se possível analisar a base social do Estado ou conceber o “conteúdo” histórico de diferentes Estados. A noção de

bloco histórico auxilia esse esforço, direcionando a atenção para quais forças sociais podem ter sido cruciais na formação de um bloco histórico ou Estado particular; que contradições podem estar contidas em um bloco histórico sobre o qual uma forma de Estado se funda; e que potencial pode existir para a formação de um bloco histórico rival que pode transformar uma forma particular de Estado (p. 409, n. 10). Uma teoria mais ampla do Estado, portanto, emerge dentro desse quadro. Em vez de subestimar o poder do Estado e já explicá-lo, a atenção é dada aos processos e forças sociais e como eles se relacionam com o desenvolvimento dos Estados (COX, 1981, p. 128). Considerar as diferentes formas de Estado como expressão de blocos históricos particulares e, portanto, as relações que atravessam Estado / sociedade civil, cumpre esse objetivo. No geral, essa relação é denominada complexo Estado / sociedade civil e, claramente, tem uma dívida intelectual com Gramsci.

Para Gramsci, o Estado não era simplesmente entendido como uma instituição limitada ao “governo dos funcionários” ou aos “principais líderes políticos e personalidades com responsabilidades governamentais diretas”. A tendência de se concentrar unicamente em tais características do Estado foi pejorativamente denominada “estatalatria”: implicava ver o Estado como uma entidade perpétua limitada a ações dentro da sociedade política (GRAMSCI, 1971, p. 178, p. 268). Pode-se argumentar que certas abordagens neorrealistas e estatocêntricas nas Relações Internacionais sucumbem à tendência da “estatalatria”. Porém, segundo Gramsci, o Estado se apresenta de uma segunda forma, para além da sociedade política de figuras públicas e dirigentes: “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (2017a, Q5 §10, p. 326-327 [1971, p. 244]). Esse segundo aspecto do Estado é conhecido como sociedade civil. As esferas da sociedade política e civil dentro dos Estados modernos seriam inseparáveis, de modo que, tomadas em conjunto, elas se combinam para produzir uma noção de Estado integral.

Podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”. Planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2001, Q12 §1, p. 17 [1971, p. 12]).

O Estado deve ser entendido, então, não apenas como o aparato de governo operando dentro da esfera “pública” (governo, partidos políticos, militares), mas também como parte da esfera “privada” da sociedade civil (igreja, mídia, educação) através da qual funciona a hegemonia (p. 261). Pode-se, portanto, argumentar que o Estado nesta concepção é entendido como uma relação social. O Estado não é tomado inquestionavelmente como uma categoria institucional distinta, ou coisa em si, mas concebido como uma forma de relações sociais por meio das quais o capitalismo e a hegemonia se expressam (POULANTZAS, 1978). Em um nível analítico, então, “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção.” (GRAMSCI, 2017a, Q6 §88, p. 239 [1971, p. 263]). É essa combinação de sociedade política e civil que é referida como o Estado integral por meio do qual as classes dominantes organizam funções intelectuais e morais como parte da luta política e cultural pela hegemonia no esforço de estabelecer um Estado “ético” (p. 258, p. 271).

Mais uma vez, a noção de hegemonia é, portanto, estendida e mais plenamente desenvolvida do que nas abordagens convencionais das Relações Internacionais. A hegemonia é entendida, como acrescentou Overbeek (1994), como uma forma de dominação de classe, não primariamente como uma hierarquia de Estados. Para Cox, a classe é vista como uma categoria histórica e empregada de forma heurística, em vez de uma categoria analítica estática (COX, 1987, p. 355-357, 1996e, p. 57). Isso significa que a identidade de classe emerge dentro e por meio de processos históricos de exploração econômica. “Basta trazer de volta a exploração como o marco referencial de classe e logo a luta de classes estará em primeiro plano, como deveria estar” (STE. CROIX, 1981, p. 57)<sup>8</sup>. Como tal, a consciência de classe emerge, como E. P. Thompson (1968, p. 8-9, 1978) argumentou, a partir de contextos históricos particulares de luta, em vez de derivar mecanicamente de determinações objetivas que têm um lugar automático nas relações de produção. Conseqüentemente, a identidade de classe está capturada dentro da noção mais ampla de forças sociais. A identidade de classe está inscrita nas forças sociais, mas essas não são redutíveis à classe. Outras formas de identidade estão incluídas na rubrica de forças sociais – étnicas, nacionalistas, religiosas, de gênero, sexuais – com o objetivo de abordar como, assim como a classe, estas derivam de uma base material comum ligada às

relações de exploração (COX, 1992, p. 35).

A construção da hegemonia, a partir de uma perspectiva neogramsciana, ocorre, portanto, quando uma classe dirigente transcende seus interesses econômico-corporativos particulares e é capaz de conectar e unificar as diversas aspirações e interesses gerais das várias forças sociais. Para algumas perspectivas neogramscianas, a construção da hegemonia é algumas vezes referida como um conceito abrangente de controle.

Um conceito de controle representa uma aposta pela hegemonia: um projeto de condução da coisa pública e do controle social que pretende ser uma aproximação legítima do interesse geral aos olhos da classe dominante e, ao mesmo tempo, da maioria da população, por pelo menos um determinado período. Ele evolui por meio de uma série de compromissos nos quais os interesses fracionários “especiais” são arbitrados e sintetizados. (VAN DER PIJL, 1984, p. 7).<sup>9 10</sup>

A referência à construção da hegemonia, ou à propagação pela sociedade de um conceito abrangente de controle, pode ser intercambiável. Em ambos os casos, parafraseando Gramsci (1971, p. 181-182), o processo envolve a “fase mais puramente política” da luta e ocorre em um “plano ‘universal’” para resultar na formação de um bloco histórico.

Um bloco histórico, portanto, implica a constituição de uma reconstrução radical e nova da natureza relacional e da identidade de diferentes interesses dentro de uma formação social (NIMNI, 1994, p. 107). Indica um vínculo orgânico entre um agrupamento diversificado de interesses que mesclam formas de classe e identidade cultural. A construção de um bloco histórico, acrescenta Cox (1983, p. 168), é, portanto, um fenômeno nacional e não pode existir sem uma classe social hegemônica. No entanto, a hegemonia de uma classe dirigente pode se manifestar como um fenômeno internacional na medida em que representa o desenvolvimento de uma forma particular das relações sociais de produção. Uma vez que a hegemonia tenha sido consolidada domesticamente, ela pode se expandir além de uma ordem social particular, se movendo para fora em uma escala mundial e inserir-se por meio da ordem mundial (p. 171, 1987, p. 149-50). Ao fazer isso, pode conectar forças sociais em diferentes países. “Uma hegemonia mundial é, portanto, em seus primórdios, uma expansão para fora da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma ... classe social” (COX, 1983, p. 171)<sup>11</sup>. A expansão, para fora, de modos particulares de relações sociais de produção e os interesses de uma classe dirigente em escala mundial também podem ser apoiados por mecanismos de organização internacional.

Isso é o que Gramsci (1971, p. 243) chamou de “relações organizacionais internas e internacionais do Estado”: isto é, movimentos, associações e organizações voluntárias, como o Rotary Club ou a Igreja Católica Romana, que tinham um caráter “internacional”, embora enraizados dentro do Estado. As forças sociais podem, assim, alcançar hegemonia dentro de uma ordem social nacional, bem como através da ordem mundial, garantindo a promoção e expansão de um modo de produção. A hegemonia pode, portanto, operar em dois níveis: construindo um bloco histórico e estabelecendo a coesão social *dentro* de uma forma de Estado, bem como expandindo um modo de produção *internacionalmente* e projetando hegemonia através do nível da ordem mundial. O ponto de partida “nacional”, no entanto, continua vital. É dentro de um bloco histórico e de uma forma de Estado particulares que a hegemonia é inicialmente construída. No entanto, além dessa consolidação inicial, à medida que a hegemonia começa a ser afirmada internacionalmente, é também dentro de outros países diferentes e formas particulares de Estado que as lutas podem se desenvolver como resultado da introdução de novos modos de produção.

Por exemplo, na época de Gramsci, isso nasceu com a expansão da produção fordista de montadoras para além dos Estados Unidos, o que levaria à crescente hegemonia mundial e poder do “americanismo e fordismo” das décadas de 1920 e 1930. A maneira como a hegemonia mundial pode se consolidar localmente em um cenário nacional diferente é iluminada pela seguinte passagem: “O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional ... Uma classe de caráter internacional, que guia camadas sociais estritamente nacionais (intelectuais) e, muitas vezes, menos ainda que nacionais, particularistas e municipalistas (os camponeses), deve se “nacionalizar” num certo sentido.” (GRAMSCI, 2017a, Q14 §68 , p. 311 [1971, p. 241]).

Como van der Pijl (1989, p. 12) observou em relação a essa passagem, a luta pela hegemonia, portanto, envolve “traduzir” interesses particulares, de uma forma particular de Estado, em formas de expansão que têm aplicabilidade universal em uma variedade de Estados diferentes. Daí a importância do ponto de partida “nacional”. É nesse contexto que a hegemonia se constrói inicialmente, antes da expansão externa em escala mundial, e é nesse contexto que se desenvolvem as lutas de contestação da hegemonia. “O contexto nacional continua sendo o único lugar onde um bloco histórico pode ser fundado, embora a economia mundial e as condições políticas mundiais influenciem materialmente as perspectivas de tal empreendimento ... A tarefa de mudar a ordem mundial começa com o

longo e laborioso esforço de construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais.” (COX, 1983, p. 174)<sup>12</sup>.

Conforme indicado acima, a hegemonia mundial pode ser alcançada quando as instituições e mecanismos internacionais apoiam um modo de produção dominante e disseminam normas e ideias universais, envolvendo a esfera intersubjetiva, em um movimento para transformar diversas estruturas de Estado. Em particular, as organizações internacionais podem desempenhar um papel fundamental no ajuste de interesses subordinados, ao mesmo tempo em que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes (p. 172-173). Com essa ênfase, três estágios sucessivos da ordem mundial são delineados por Cox, nos quais a relação hegemônica entre ideias, instituições e capacidades materiais variava, e durante os quais diferentes formas de Estado e padrões de relações de produção prevaleciam. Estes são: a economia internacional liberal (1789-1873); a era dos imperialismos rivais (1873-1945); e a ordem mundial neoliberal (pós-Segunda Guerra Mundial) (COX, 1987, p. 109).

Tendo em vista a terceira era, conhecida como Pax Americana, afirma-se que prevaleceu uma ordem mundial hegemônica liderada pelos Estados Unidos que foi mantida por meio do sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas e instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essas instituições, junto com o Grupo dos Sete (G7) países industrializados, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Banco de Compensações Internacionais, foram coletivamente denominados “nexo G7” (GILL, 1995a, p. 86). Eles estabeleceram mecanismos de vigilância para garantir a harmonização das políticas nacionais na tentativa de reconciliar as pressões sociais domésticas com as exigências de uma economia mundial (COX, 1981, p. 145). Nos países de capitalismo avançado, a forma predominante de Estado baseava-se nos princípios do “liberalismo embutido” (RUGGIE, 1982). Houve um acordo entre certos grupos sociais domésticos (ou seja, trabalho estabelecido buscando estabilidade e proteção contra vulnerabilidades econômicas e políticas) e os interesses das instituições multilaterais no “nexo G7” com o objetivo de encorajar vantagens comparativas, reduções tarifárias e livre comércio internacional e aumento da divisão internacional do trabalho por meio do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Dentro dessa forma de “liberalismo embutido”, o gerenciamento keynesiano da demanda foi promovido ao lado de técnicas fordistas de produção em massa (GILL e LAW, 1988, p.

79-80). O papel do Estado era atuar como mediador entre as prioridades da política [*policy*] da economia mundial e os grupos domésticos. Isso geralmente era mantido por meio de relações sociais de produção conhecidas como corporativismo tripartite, envolvendo coalizões governo-empresa-trabalho. Tais arranjos deram prioridade às agências centrais de governo que mantinham as conexões entre a economia nacional e mundial – a saber, ministérios das finanças, agências de investimento e comércio exterior, e o gabinete de presidentes ou primeiros-ministros (COX, 1987, p. 219-230).<sup>13</sup> Essa situação acabou se acentuando após a crise econômica mundial dos anos 1970 e o colapso do sistema de Bretton Woods durante um período de “mudança estrutural” na economia mundial.

Em outras partes da economia política global emergente, em países de capitalismo periférico, a forma de Estado durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, de hegemonia liderada pelos Estados Unidos, foi, em geral, baseada em princípios de desenvolvimento neomercantilista. Isso implicou uma maior liderança estatal que buscava autonomia sobre a economia nacional e o crescimento por meio de um modelo de industrialização por substituição de importações. Esta forma de Estado foi caracterizada por relações sociais de produção corporativistas de Estado. No entanto, devido à penetração estrangeira na economia nacional, tais relações de produção não abrangeram toda a economia. Haveria, portanto, sobreposições entre diferentes modos, incluindo empresa e corporativismo tripartite, bem como produção agrícola de subsistência, organizados dentro de um arranjo hierárquico (p. 230-234). Nas formas de Estado “liberal embutido” e “neomercantilista”, entretanto, argumenta-se que as formas e funções da hegemonia liderada pelos Estados Unidos começaram a se alterar durante uma fase de “mudança estrutural” na década de 1970 (ver MORTON 2003b). Esse argumento se baseia em duas proposições gêmeas vinculadas à internacionalização do Estado e à internacionalização da produção. É comumente argumentado que esses desenvolvimentos precipitaram movimentos em direção ao fenômeno que agora é reconhecido como globalização.

### **Mudança estrutural, formas alternativas de Estado e relações de produção**

A crise econômica mundial de 1973-1974 acompanhou o abandono do padrão

dólar-ouro dos EUA e sinalizou um afastamento do sistema de Bretton Woods, de taxas de câmbio fixas, para medidas de ajuste mais flexíveis. A crise envolveu aumentos do preço do petróleo iniciados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e aumento da inflação e do endividamento dentro dos países de capitalismo avançado. A ordem mundial “liberal embutida” do pós-Segunda Guerra Mundial baseada na gestão keynesiana da demanda e no industrialismo fordista, envolvendo relações tripartites do tipo corporativista entre governo-empresa-trabalho, deu lugar a uma reestruturação das relações sociais de produção. Isso envolveu o incentivo de relações sociais de produção com base no corporativismo empresarial, levando a uma mudança na base de coalizão de vários Estados de um setor estatal seguro e sindicalizado para a promoção de interesses privados de negócios e a criação de condições favoráveis para uma orientação internacional e transnacional de negócios (COX, 1987, cap. 8). Consequentemente, ocorreu um período de mudanças estruturais na década de 1970, durante o qual houve uma tendência a favorecer, por meio de diferentes relações Estado / sociedade civil, a consolidação de novas prioridades. No entanto, as mudanças em curso decorrentes do contexto de mudança estrutural dos anos 1970 estão longe de ser uniformes. No entanto, as crescentes prioridades do corporativismo empresarial – entre outros, monetarismo, economia pelo lado da oferta e a lógica da competitividade – começaram cada vez mais a estabelecer, embora junto com a luta social prolongada, uma “aura hegemônica” ao longo de toda a ordem mundial, durante as décadas de 1980 e 1990, frequentemente chamada de modelo Reagan-Thatcher de capitalismo (COX, 1991, 1996, p. 196). Como Craig Murphy observou, “o ajuste à crise ocorreu em taxas diferentes em regiões diferentes, mas em cada caso resultou em uma mudança ‘neoliberal’ na política econômica governamental e no aumento da proeminência do capital financeiro” (1998a, p. 159)<sup>14</sup>. Durante esse período de mudança estrutural na década de 1970, então, a base social em muitas formas de Estado se alterou à medida que a lógica das relações de mercado capitalistas criava uma crise de autoridade nas instituições e modos de governança estabelecidos (ver MORTON, 2003b). Essa crise geral, tanto da economia mundial quanto do poder social nas várias formas de Estado, foi explicada como o resultado de duas tendências particulares: a internacionalização da produção e a internacionalização do Estado que impulsionou a globalização.

Desde a erosão dos princípios da Pax Americana de ordem mundial, na década de

1970, tem havido uma crescente internacionalização da produção e das finanças impulsionada, no ápice de uma estrutura de classes global emergente, por uma “classe gerencial transnacional” (COX, 1981, p. 147). Aproveitando as diferenças entre os países, tem ocorrido uma integração dos processos de produção em escala transnacional, com as corporações transnacionais promovendo a operação de diferentes elementos de um mesmo processo em diferentes localizações territoriais. Além da classe gerencial transnacional, outros elementos do capital produtivo (envolvidos na manufatura e extração), incluindo pequenas e médias empresas atuando como empreiteiras e fornecedores e empresas de importação / exportação, bem como elementos do capital financeiro (envolvidos em seguro bancário e finanças) têm apoiado essa internacionalização da produção. Conseqüentemente, tem havido um aumento no poder estrutural do capital internacionalmente móvel apoiado e promovido por formas de interação das elites que forjaram perspectivas comuns entre empresas, funcionários do Estado e representantes de organizações internacionais que favorecem a lógica das relações de mercado capitalistas (GILL e LAW, 1989, p. 484). Enquanto alguns defendem mudanças como a “retirada do Estado” (STRANGE, 1996) ou o surgimento de um “mundo sem fronteiras” (OHMAE, 1990, 1996), e outros condenam as proporções globais de tais mudanças na produção (HIRST e THOMPSON, 1996, WEISS, 1998), argumenta-se aqui que a internacionalização da produção reestruturou profundamente – mas não erodiu – o papel do Estado. Afinal, “o Estado como entidade institucional e social ... cria a possibilidade de limitação de tal poder estrutural, em parte por causa dos bens e serviços políticos que fornece aos capitalistas e da autonomia institucional que possui. A postura do Estado em relação à liberdade de iniciativa ... está no cerne desta questão.” (GILL e LAW, 1989, p. 480)<sup>15</sup>.

A noção de internacionalização do Estado capta essa dinâmica ao referir-se à maneira como os processos transnacionais de formação de consenso, sustentados pela internacionalização da produção e pelo impulso da globalização, têm sido transmitidos pelos canais de formulação de políticas dos governos.<sup>16</sup> A rede de controle que manteve o poder estrutural do capital também foi apoiada por um “eixo de influência” composto de instituições internas ao nexo G7 (ver acima). Essas instituições, junto com a Comissão Trilateral e outros fóruns, têm garantido a osmose ideológica e a disseminação de políticas em favor das exigências notadas na economia política global. Como resultado, as agências

estatais em contato próximo com a economia global – gabinetes de presidentes e primeiros-ministros, tesouros, bancos centrais – ganharam precedência sobre as agências mais próximas das políticas públicas domésticas – ministérios do trabalho e da indústria ou gabinetes de planejamento (COX, 1992, p. 31). Tem sido argumentado que essa tendência na transformação do Estado e o papel das elites transnacionais (ou uma *nébuleuse*) na formação de consenso ainda precisa ser totalmente decifrada e precisa de muito mais estudo (30-31). Na verdade, o argumento geral sobre a internacionalização do Estado foi baseado em uma série de hipóteses conectadas que são sugestivas para investigação empírica (COX, 1996d, p. 276). No entanto, entre as diferentes formas de Estado em países de capitalismo avançado e periférico, a ilustração geral é que o Estado se tornou uma correia de transmissão para o neoliberalismo e a lógica da competição capitalista desde a esfera global até a local (COX, 1992, p. 31).

Embora a tese da internacionalização do Estado tenha recebido muitas críticas recentes, o trabalho de Stephen Gill contribuiu muito para a compreensão desse processo como parte do caráter cambiante da hegemonia centrada nos Estados Unidos na economia política global, especialmente em sua análise detalhada do papel da Comissão Trilateral (GILL, 1990). Semelhante a Cox, a reestruturação global da produção em linhas pós-fordistas está inserida em um contexto de mudança estrutural na década de 1970. Foi nesse período que houve uma transição do que Gill reconhece como um *bloco histórico internacional* de forças sociais, estabelecido no período pós-Segunda Guerra Mundial e centrado nos Estados Unidos, mas expandindo-se em escala mundial. Esse bloco reuniu frações do capital produtivo e financeiro e elementos dentro dos aparatos de Estado para formar uma comunidade política transatlântica. A partir da década de 1970, surgiram condições para a consolidação de um *bloco histórico transnacional*, forjando laços e uma síntese de interesses e identidades não apenas para além das fronteiras e classes nacionais, mas também criando as condições para a hegemonia do capital transnacional. Embora haja relutância em constatar que a hegemonia transnacional tenha sido alcançada, adiciona-se que certas forças sociais se tornaram proeminentes e tentaram alcançar a hegemonia transnacional.

Ainda assim, Gill parte de Gramsci para afirmar que um bloco histórico “pode, às vezes, ter o potencial de se tornar hegemônico” (GILL, 1993, p. 40)<sup>17</sup>, o que implica que a hegemonia não precisa prevalecer para que um bloco histórico surja. O caso da União

Econômica e Monetária europeia é analisado nos termos de um bloco histórico transnacional (GILL, 2001, p. 54-55). Em outro lugar, é adicionado que a consolidação do neoliberalismo dentro de tal bloco é baseada na supremacia, em vez de hegemonia. Novamente partindo, em princípio, de Gramsci, argumenta-se que a supremacia prevalece quando uma situação de hegemonia *não* se apresenta e quando o domínio é exercido por meio de um bloco histórico sobre uma oposição fragmentada. Portanto, argumenta-se que as forças dominantes dentro do bloco histórico transnacional contemporâneo do neoliberalismo praticam uma política de supremacia (GILL, 1995b, p. 400, p. 402, p. 412).<sup>18</sup> Essa política de supremacia é organizada por meio de dois processos-chave, o novo constitucionalismo do neoliberalismo disciplinar e a disseminação concomitante da civilização de mercado.

De acordo com Gill, o novo constitucionalismo envolve o estreitamento da base social da participação popular dentro da ordem mundial do neoliberalismo disciplinar. Envolve o esvaziamento da democracia e a afirmação, em matéria de economia política, de um conjunto de políticas macroeconômicas como eficiência, disciplina e confiança de mercado, credibilidade das políticas e competitividade. É “o movimento em direção à construção de dispositivos legais ou constitucionais para remover ou isolar substancialmente as novas instituições econômicas do escrutínio popular ou da prestação de contas [*accountability*] democrática” (GILL, 1991, 1992, p. 165)<sup>19</sup>. Resulta-se numa tentativa de fazer do neoliberalismo o único modelo de desenvolvimento, disseminando a noção de civilização de mercado baseada em uma ideologia de progresso capitalista e padrões excludentes ou hierárquicos de relações sociais (1995b, p. 399). Dentro da economia política global, os mecanismos de vigilância têm apoiado a civilização de mercado do novo constitucionalismo em algo até agora comparado a um “panóptico” global de vigilância (1995c). De modo geral, Gill argumenta que essas características do novo constitucionalismo, do neoliberalismo disciplinar e da civilização de mercado são apoiadas pela política de supremacia, em vez de hegemonia.

O conceito abrangente de supremacia também foi usado para desenvolver uma compreensão da construção da política externa dos EUA em relação ao “Terceiro Mundo” e como emergiram os desafios aos EUA na década de 1970 por meio da Nova Ordem Econômica Internacional (AUGELLI e MURPHY, 1988). Argumenta-se que a promoção ideológica do liberalismo americano, baseada no individualismo e no livre comércio,

garantiu a supremacia americana ao longo da década de 1970 e foi reconstruída na década de 1980. No entanto, essa projeção de supremacia não se desdobrou simplesmente por meio da dominação. Em vez de simplesmente igualar supremacia com dominação, Augelli e Murphy argumentam que a supremacia pode ser mantida por meio da dominação *ou* hegemonia (p. 132). Como Murphy (1994, p. 295, n. 8) descreve em um estudo separado sobre mudança industrial e organização internacional, a supremacia define a posição de uma classe dirigente dentro de um bloco histórico e pode ser assegurada pela hegemonia, bem como pela dominação. Como o próprio Gramsci afirma, “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”.” (GRAMSCI, 2017b, Q19 §24, p. 51 [1971, p. 57]). Enquanto o primeiro tipo de supremacia envolve subjugação pela força, o último envolve grupos dirigentes aliados. Em suma, assim como a hegemonia em si não deve ser equiparada à dominação, a noção de supremacia também não deve sofrer o mesmo destino.

Além das perspectivas neogramscianas discutidas até agora, também existe uma gama diversificada de perspectivas semelhantes analisando a hegemonia na economia política global. Isso inclui, entre outros, um relato da maneira historicamente específica em que a produção em massa foi institucionalizada nos Estados Unidos e como isso impulsionou formas de direção americanocêntricas e de hegemonia mundial no período pós-Segunda Guerra Mundial (RUPERT, 1995a). Ampliando essa análise, também foram consideradas as lutas entre as forças sociais nos Estados Unidos em relação ao Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio e à globalização (RUPERT, 1995b, 2000). Também houve análises sobre a integração europeia no contexto da globalização e do papel das classes transnacionais na governança europeia (BIELER, 2000; BIELER e MORTON, 2001b; VAN APELDOORN, 2000; HOLMAN e VAN DER PIJL, 1996; HOLMAN, OVERBEEK e RYNER, 1998; SHIELDS, 2001, 2003); a internacionalização e democratização da Europa meridional, particularmente da Espanha, dentro da economia política global (HOLMAN, 1996); e análise das organizações internacionais, incluindo o papel dos movimentos de gênero e das mulheres (LEE, 1995; STIENSTRA, 1994; WHITWORTH, 1994). Também houve um retorno recente à compreensão das formas de intervenção da política externa dos EUA em países do capitalismo periférico. Isso incluiu a análise da promoção da poliarquia definida como “um sistema no qual um pequeno grupo realmente governa e a participação das massas na tomada de decisões está confinada à

escolha da liderança em eleições cuidadosamente administradas pelas elites” (ROBINSON, 1996, p. 49)<sup>20</sup>. A poliarquia, ou democracia de baixa intensidade, é, portanto, analisada como um complemento da hegemonia dos EUA por meio de instituições como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [*U.S. Agency for International Development*] e o Fundo Nacional para a Democracia [*National Endowment for Democracy*] nos países específicos das Filipinas, Chile, Nicarágua e Haiti, e provisoriamente estendida ao antigo bloco soviético e à África do Sul. Outra pesquisa recente também focou na promoção da “democracia” na África austral (TAYLOR, 2001), bem como na construção e contestação da hegemonia no México (MORTON, 2002, 2003a, 2003b). Além disso, aspectos do neoliberalismo e da hegemonia cultural foram tratados em um estudo sobre bolsa de estudos em comunicação de massa no Chile (DAVIES, 1999). Há claramente uma variedade de perspectivas neogramscianas lidando com uma diversidade de questões ligadas à análise da hegemonia na economia política global. A próxima seção delinea algumas das críticas feitas a tais perspectivas e indica em que direção as pesquisas atuais estão avançando.

### **Debate de boas-vindas: controvérsias em torno das perspectivas neogramscianas**

Desde o desafio das perspectivas neogramscianas às abordagens dominantes de solução de problemas nas Relações Internacionais, surgiu recentemente um período de efervescência intelectual e política. Isso envolveu um exame mais minucioso das próprias perspectivas neogramscianas desde uma variedade de pontos de vista. Ainda assim, é raro o engajamento com essas críticas. Além da impressão superficial das reivindicações por maior abertura, portanto, parece que, em relação às críticas, uma política de esquecimento persistiu. No entanto, como Steve Smith (1995b) já advertiu, cabe a essas perspectivas permanecer autorreflexivas sobre as possíveis fraquezas. Esta seção irá, portanto, delinear uma série de críticas feitas às perspectivas, bem como destacar questões em que há desacordo com tais críticas.

Em linhas gerais, as perspectivas neogramscianas têm sido criticadas como muito antiquadamente *marxista* ou, alternativamente, como muito carentes de rigor marxista. Elas são vistas como fora de moda porque muitas retêm uma posição essencialmente

materialista histórica como central para a análise – concentrando-se no “núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 1971, p. 161) – mas sem sucumbir às expressões do economismo. Daí a acusação de que a análise permanece presa aos pressupostos modernistas que tomam como fundamentais as estruturas dos processos históricos que determinam os horizontes do possível (ASHLEY, 1989, p. 275). No entanto, em vez de sucumbir a esse problema, a falibilidade de todas as afirmações do conhecimento é aceita nas perspectivas neogramscianas, o que leva a um grau de desconfiança sobre os fundamentos do conhecimento (ver NEUFELD, 1995). Um fundacionalismo mínimo está, portanto, sugerido, a partir de um universalismo cauteloso, contingente e transitório que combina o diálogo entre valores universais e definições locais dentro de circunstâncias historicamente específicas (BOOTH, 1995; COX, 1995b, p. 14; COX, 2000b, p. 46; LINKLATER, 1998, p. 4-5, p. 101, p. 106-107; RENGGER e HOFFMAN, 1996).<sup>21</sup> Em outros lugares, outros comentaristas têm, alternativamente, denunciado a falta de rigor materialista histórico dentro das perspectivas neogramscianas.

Segundo Peter Burnham (1991), o tratamento neogramsciano da hegemonia equivale a um “empirismo pluralista” que não reconhece a importância central das relações do capital e, portanto, se preocupa com a articulação da ideologia. Ao atribuir peso igual a ideias e capacidades materiais, argumenta-se, as contradições das relações do capital são borradas, resultando em “um desvio em direção a uma explicação idealista da determinação da política econômica” (p. 81). Consequentemente, há uma incapacidade de lidar com a dinâmica da globalização porque as categorias de Estado e mercado são consideradas formas opostas de organização social que operam separadamente, em uma relação externa uma à outra. Isso leva a uma suposta reificação do Estado como uma “coisa” em si mesma, externa à relação entre capital e trabalho (BURNHAM, 1997, 1999, 2000). Em vez disso, recomenda-se o desenvolvimento de uma teoria “totalizante”, enraizada em princípios organizadores centrais, que esteja atenta às relações entre trabalho, capital e Estado. Até que ponto essa abordagem “totalizante” resulta em uma visão unificada do trabalho e uma visão heroica da classe trabalhadora como uma massa indiferenciada é, no entanto, uma questão em aberto.

Em resposta específica a essas críticas, foi delineado anteriormente no artigo como as relações sociais de produção são tomadas como o ponto de partida para se pensar sobre a ordem mundial e como elas engendram configurações de forças sociais. Assim,

perguntando quais modos de relações sociais de produção dentro do capitalismo prevaleceram em circunstâncias históricas particulares, o Estado não é tratado como uma categoria inquestionável. Na verdade, bem mais próximo da posição de Burnham do que ele poderia admitir, o Estado é tratado como um aspecto das relações sociais de produção, de modo que são promovidas questões sobre a *aparente* separação entre política e economia ou Estados e mercados dentro do capitalismo (ver BURNHAM, 1994). Embora uma teoria do Estado totalmente desenvolvida não seja evidente, existe claramente um conjunto de pressupostos, pelo menos implícitos, sobre o Estado como uma forma de relações sociais por meio das quais o capitalismo e a hegemonia são expressos. Portanto, semelhante a argumentos feitos em outros lugares, é possível, de uma perspectiva neogramsciana, levantar questões sobre como diferentes formas de Estado são estabelecidas e como – por meio das contradições do capital – as funções do Estado são reexaminadas e complementadas (HOLLOWAY e PICCIOTTO, 1977).

Além disso, Burnham (1991, p. 76)<sup>22</sup> argumenta que a consideração sobre a hegemonia desenvolvida pelas perspectivas neogramscianas “mal se distingue de uma consideração neorrealista sofisticada.” No entanto, isso subestima uma rota da teoria crítica para a hegemonia e a insistência em uma dimensão ética para a análise em que “questões de justiça, legitimidade e credibilidade moral são integradas sociologicamente no todo e em muitos ... conceitos-chave” (GILL, 1993, p. 24)<sup>23</sup>. As ideias são aceitas como parte da própria economia política global, o que facilita o reconhecimento da ideologia e do elemento normativo que sustenta uma perspectiva. A produção de significados intersubjetivos dentro dessa teoria da hegemonia é, portanto, também subestimada. Embora a crítica de Burnham aponte corretamente para o perigo de exagerar o papel das ideias dentro das perspectivas neogramscianas (BIELER, 1996), a função da atividade intelectual nas relações entre Estado / sociedade civil e o papel do consenso como uma forma necessária de hegemonia não deveriam ser desconsiderados. Afinal, “as ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio” (GRAMSCI, 2015, Q10 §41, p. 387-389 [GRAMSCI, 1995, p. 395]). A questão, portanto, não é tomar a posição dos “marxistas teológicos” que se concentram na “lei do valor” e na “lei do movimento do capital” como conhecimento absoluto e não como hipóteses (COX, 1996c, p. 176). Em vez de sustentar uma noção fixa de materialismo histórico, o objetivo é seguir o espírito de

Raymond Williams (1977, p. 3-4) e permanecer aberto a um corpo de pensamento ativo, em desenvolvimento e inacabado. Portanto, embora as perspectivas neogramscianas não possam ser separadas do materialismo histórico, elas podem ser distinguidas dentro dele (SMITH, 1996).

Outra série de críticas centrou-se separadamente na tese da globalização e da internacionalização do Estado proposta pelas perspectivas neogramscianas. Em particular, Leo Panitch argumentou que se trata de uma explicação que se desdobra de cima para baixo em sua expressão das relações de poder, assumindo que a globalização é um processo que prossegue do global para o nacional ou de fora para dentro. O argumento de que a globalização é autoria dos Estados é, portanto, esquecido pelo desenvolvimento da metáfora de uma correia de transmissão do global para o nacional dentro da tese da internacionalização do Estado (PANITCH, 1994, 2000). Foi adicionado que esta é uma visão unilateral da internacionalização que, respectivamente, ignora a interação recíproca entre o global e o local; ignora relações sociais que se reforçam mutuamente dentro da economia política global; ou ignora o conflito de classes dentro das formações sociais nacionais (LING, 1996; BAKER, 1999; MORAN, 1998). O papel do Estado, de acordo com o argumento de Panitch (1994, p. 74), ainda é determinado por lutas entre as forças sociais localizadas dentro de formações sociais particulares, mesmo que as forças sociais possam estar implicadas em estruturas transnacionais. Em vez disso, argumenta-se que as perspectivas neogramscianas falham em identificar e se envolver com essas contradições do capitalismo. No entanto, essas questões não estão necessariamente além do escopo de um quadro conceitual neogramsciano.

Será lembrado da discussão acima que o ponto de partida dentro de tal abordagem poderia igualmente ser a mudança das relações sociais de produção *dentro* das formas de Estado *ou* ordem mundial (COX, 1981, p. 153, n. 26). Na verdade, o foco de Cox tem sido nos blocos históricos que sustentam determinados Estados e como eles estão conectados por meio dos interesses mútuos das classes sociais em diferentes países. Além disso, seguindo Cox, o contexto nacional é o único lugar onde um bloco histórico pode ser fundado e onde a tarefa de construir novos blocos históricos, como base para uma contra-hegemonia que mude a ordem mundial, deve começar. Alternativamente, embora Gill tenda a adotar uma abordagem diferente na aplicação de noções como bloco histórico e supremacia, ele ainda está interessado em analisar as tentativas de constitucionalizar o

neoliberalismo nos níveis doméstico, regional e global. Como diz Gill, “há uma contradição crescente entre a tendência em direção à globalidade e universalidade do capital na forma neoliberal e a particularidade da legitimação e aplicação de suas relações chave de exploração por parte do Estado. Enquanto o capital tende à universalidade, ele não pode operar fora ou além do contexto político e envolve planejamento, legitimação e o uso de capacidades coercitivas por parte do Estado” (1995b, p. 422)<sup>24</sup>.

Portanto, a ênfase não deve ser mal interpretada. Como em outras tentativas de lidar com a globalização (RADICE, 1998, 1999, 2000), há um foco nas redes transnacionais de produção e como os governos nacionais perderam muita autonomia na formulação de políticas, mas também como os Estados ainda são parte integrante desse processo. A posição geral adotada sobre a relação entre o global e o nacional, ou entre hegemonia e bloco histórico, pode diferir de uma perspectiva neogramsciana para outra, mas geralmente é impulsionada pelo propósito e contexto empírico da pesquisa. No entanto, observando as preocupações acima, as peculiaridades da história dentro de contextos históricos e culturais nacionais específicos não devem ser negligenciadas. Portanto, talvez seja importante admitir a relevância de tomar um ponto de partida “nacional” – seguindo Gramsci – que envolve o foco na relação entrelaçada entre as forças “internacionais” e as relações “nacionais”, internas às relações Estado/sociedade civil, que reagem tanto passiva quanto ativamente à mediação de forças globais e regionais (SHOWSTACK SASSOON, 2001).

Outras críticas também se concentraram em como a hegemonia do capital transnacional foi superestimada e como a possibilidade de transformação dentro da ordem mundial é assim diminuída pelas perspectivas neogramscianas (DRAINVILLE, 1995). A análise, observa André Drainville, “deve dar lugar a saídas mais ativas contra o neoliberalismo transnacional, e a análise dos conceitos de controle deve gerar conceitos originais de resistência” (1994, p. 125)<sup>25</sup>. Portanto, é importante, como Paul Cammack (1999) acrescentou, evitar exagerar a coerência do neoliberalismo e identificar oportunidades materialmente fundamentadas para a ação contra-hegemônica. Com muita frequência, uma série de questões relacionadas às formas contra-hegemônicas de resistência é deixada para pesquisas futuras. Daí a importância de focar em movimentos de resistência e abordar estratégias de transformação estrutural que podem ser vistas como a formação e base da contra-hegemonia (MORTON, 2002).<sup>26</sup> As manifestações durante o “Carnaval contra o capitalismo” [*Carnival Against Capitalism*] (Londres, junho de 1999),

mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (Seattle, novembro de 1999), protestos contra o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Washington, abril de 2000, e Praga, setembro de 2000), e os “motins” durante a cúpula da União Europeia em Nice (dezembro de 2000), bem como a reunião do G-8 em Gênova (julho de 2001), aparentemente exporiam ainda mais o imperativo de analisar a globalização como um conjunto de relações sociais. Essas manifestações podem até precipitar a compreensão de que a globalização é luta de classes.

As críticas finais e mais recentes surgem do apelo a um envolvimento muito necessário das perspectivas neogramscianas com os escritos de Gramsci e, portanto, as complexas questões metodológicas, ontológicas, epistemológicas e contextuais que envolveram o pensador italiano (GERMAIN e KENNY, 1998). Essa ênfase foi pressagiada em um argumento anterior alertando que a incorporação das percepções gramscianas nas Relações Internacionais e na Economia Política Internacional corria “o risco de despir os conceitos tomados por empréstimo do significado teórico no qual eles são coerentes” (SMITH, 1994, p. 147). Cometer esse último erro poderia reduzir os estudiosos à “procura por joias” nos *Cadernos do Cárcere*, a fim de “salvar” a Economia Política Internacional do economismo generalizado (GAREAU, 1993, p. 301; ver também GAREAU, 1996). De fato, tais críticas e advertências chamaram corretamente a atenção para a importância de se permanecer envolvido com os próprios escritos de Gramsci. Germain e Kenny também pedem com razão uma maior sensibilidade para os problemas de significado e compreensão na história das ideias ao se apropriar de Gramsci para aplicação contemporânea. Dessa forma, então, a demanda para permanecer (re)engajado com o pensamento e a prática de Gramsci era algo necessário a se fazer e bastante atrasado. No entanto, uma vez que essas tarefas são realizadas, é claro que surgem problemas com algumas das principais afirmações feitas por Germain e Kenny (MORTON, 2003c). Em particular, eles perguntaram se o conceito de hegemonia pode manter o poder explicativo além do contexto nacional e, assim, resistir à maneira como a hegemonia foi “internacionalizada” a partir de um quadro neogramsciano (GERMAIN e KENNY, 1998, p. 17). Além disso, eles afirmaram que conceitos como hegemonia, sociedade civil e bloco histórico “foram usados exclusivamente”, por Gramsci, na fundamentação das formações sociais nacionais (p. 20). No entanto, uma vez que a demanda por historicizar e desenvolver uma leitura teórica e prática mais ampla de Gramsci é levada a sério, essas

afirmações se revelam um tanto vazias.

Mais uma vez, a questão central é o ponto de partida “nacional”. A noção de bloco histórico, como argumentado acima, certamente se limitou às “*relações dentro da sociedade*” – envolvendo o desenvolvimento das forças produtivas, o nível de coerção ou as relações entre partidos políticos que constituem “*sistemas hegemônicos dentro do Estado*”. Ainda assim, referências constantes foram feitas por Gramsci à hegemonia baseada em “*relações entre forças internacionais*” – envolvendo os requisitos de grandes potências, soberania e independência que constituem “*as combinações de Estados em sistemas hegemônicos*” (GRAMSCI, 1971, p. 176). De fato, dentro do ponto de partida “nacional” de Gramsci, havia uma justaposição constante e dialética entre as esferas do nacional e internacional.

[A] relação “nacional” é o resultado de uma combinação “original” única (em certo sentido), que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade se se quer dominá-la e dirigi-la. Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional”, e é deste ponto de partida que se deve partir. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser. (GRAMSCI, 2017a, Q14 §68, p. 310 [1971, p. 240]).

Além disso, o próprio Gramsci discutiu características da hegemonia mundial e fez referência à “hegemonia dos Estados Unidos” e à “hegemonia global americana”, ao mesmo tempo que discutia movimentos de identidade, associações voluntárias e organizações públicas e privadas internacionais que tinham um caráter “internacional” enquanto mantinham uma presença dentro da esfera “nacional” (GRAMSCI, 1977, p. 79-82, p. 89-93; 1992, p. 167-170, 291, 354-355; 1996, 269-271, 282, 318-320). Portanto, no lugar de uma leitura indevidamente estreita e restritiva de Gramsci, é melhor apreciar que o ponto de partida para Gramsci era “nacional”, o que envolvia um foco em como as forças sociais dentro desta esfera estavam entrelaçadas e moldadas pela dialética do global e forças sociais locais (MURPHY, 1998b; RUPERT, 1998). Afinal, Gramsci comentava sobre a dinâmica da hegemonia e tratava “tanto o sistema de Estados renascentista quanto a política do século XX dentro do mesmo quadro e com os mesmos conceitos.” (AUGELLI e MURPHY, 1993, p. 127)<sup>27</sup>.

## Conclusão

Em suma, buscou-se apresentar, a partir da teoria crítica, uma rota para a ideia de hegemonia que fornece uma alternativa à teoria de Relações Internacionais dominante, bem como ao chamado marxismo estrutural, que tem pouca aplicabilidade prática a problemas concretos. A saber, foi feita uma defesa de uma teoria crítica da hegemonia que direciona a atenção para as relações entre os interesses sociais na luta pela liderança consensual, em vez de se concentrar apenas na dominância do Estado, demonstrando como várias perspectivas neogramscianas desenvolveram um foco materialista histórico particular e uma crítica do capitalismo.

Como resultado, argumentou-se que o quadro conceitual desenvolvido por tais perspectivas neogramscianas repensa os pressupostos ontológicos predominantes em Relações Internacionais devido a uma teoria da hegemonia que se concentra nas forças sociais engendradas por mudanças nas relações sociais de produção, formas de Estado e ordem mundial. Foi destacado como essa rota à hegemonia abre questionamentos sobre os processos sociais que criam e transformam as diferentes formas de Estado. A atenção é, portanto, atraída para a *raison d'état* ou a base do poder estatal, incluindo a base social da hegemonia ou a configuração das forças sociais sobre as quais o poder repousa no terreno das relações Estado / sociedade civil. Com uma apreciação de como ideias, instituições e capacidades materiais interagem na construção e contestação da hegemonia, também foi possível atentar para as questões de intersubjetividade. Portanto, foi desenvolvida uma teoria crítica da hegemonia que não foi equiparada à dominação e, portanto, foi além de uma teoria do Estado-como-força. Finalmente, ao reconhecer os diferentes propósitos sociais por trás de uma teoria crítica comprometida com a mudança histórica, essa rota para a hegemonia representa um desafio epistemológico para as reivindicações do conhecimento associado à ciência social positivista.

Em uma seção separada, a tese da internacionalização do Estado e da internacionalização da produção foi delineada dentro da qual, argumentou-se, as formas de hegemonia mundial foram alteradas em um período de mudança estrutural na economia política global emergente da década de 1970. Posteriormente, uma série de críticas também foi delineada a respeito das perspectivas neogramscianas. A análise pode ser impulsionada para mais áreas teóricas e empíricas, abordando algumas dessas críticas. Por exemplo, em termos de novas direções de pesquisa, poderia haver benefício em considerar diretamente o papel do trabalho organizado na contestação da última agenda da globalização neoliberal

(BIELER, 2003).<sup>28</sup> Também é importante problematizar as táticas e estratégias de resistência ao neoliberalismo, refletindo mais sobre as formas autônomas de mobilização camponesa na América Latina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e o Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) em Chiapas, México (MORTON, 2002). Em um nível mais explicitamente teórico, um trabalho adicional também poderia ser realizado para revelar a teoria do Estado de Gramsci e, em seguida, situá-la em uma discussão mais ampla da teoria do Estado (BIELER e MORTON, 2003).

As consequências teóricas e políticas gerais de tal pesquisa podem ser avaliadas a partir de dois ângulos. Primeiro, há uma rejeição das afirmações objetivistas ou empiristas, dominantes em toda a academia, de uma investigação social livre de valores. Isso significa que, por mais polêmico que seja, existe, na pesquisa, uma base emancipatória. Em segundo lugar, vinculando-se à rejeição de tais afirmações de conhecimento empiristas e positivistas, maior ênfase também é concedida ao princípio da reflexividade teórica. Isso implica uma reflexão sobre o próprio processo de teorização e inclui três traços: discernimento, tanto quanto possível, sobre as premissas subjacentes; reconhecimento da dimensão inerentemente político-normativa da análise; e uma afirmação de que julgamentos sobre os méritos de perspectivas conflitantes podem ser feitos na ausência de critérios “objetivos” (NEUFELD, 1995, p. 40-41). A vantagem da reflexividade teórica é que fica uma oportunidade para explicar a emergência e o propósito social de uma perspectiva particular e de sua própria posição política. No entanto, embora a teoria seja em si uma forma de prática política, ela não é suficiente – daí a importância de inculcar um grau maior de engajamento social revigorado dentro e além da prática da teoria para abranger a esfera da vida cotidiana. O que importa, em última análise, “é a maneira como o legado de Gramsci é interpretado, transmitido e usado para [poder] permanecer como uma ferramenta eficaz não apenas para a análise crítica da hegemonia, mas também para o desenvolvimento de uma política e uma cultura alternativas.” (BUTTIGIEG, 1986, p. 15)<sup>29</sup>.

#### *Agradecimentos*

*Gostaria de agradecer a Andreas Bieler, Joseph Buttigieg, David Ruccio e aos revisores anônimos por ler e comentar as versões anteriores deste artigo. Também é reconhecido o apoio financeiro de uma bolsa de pós-doutorado do Economic and Social Research*

*Council (ESRC) (Ref.: T026271041).*

## Referências

ALTHUSSER, L. **For Marx**. Trad. B. Brewster. Londres: Allen Lane, 1969.

ALTHUSSER, L. Marxism is not historicism. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. **Reading Capital**. Trad. B. Brewster. Londres: Verso, 1970.

ASHLEY, R. K. Living on border lines: Man, poststructuralism and war. In: DER DERIAN, J.; Shapiro, M. (Ed.). **International / intertextual relations: Postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, 1989.

ASHLEY, R. K. The Poverty of Neorealism. **International Organization**. 38 (2), p. 225-286, 1984.

AUGELLI, E.; Murphy, C. **America's quest for supremacy and the Third World: A Gramscian analysis**. Londres: Pinter, 1988.

AUGELLI, E.; MURPHY, C. Gramsci and international relations: A general perspective with examples from recent US policy toward the Third World. In: GILL, S. (Ed.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

BAKER, A. Nébuleuse and the “internationalization of the state” in the UK? **Review of International Political Economy**. 6 (1), p. 79-100, 1999.

BALDWIN, D. A. (Ed.). **Neorealism and neoliberalism: The contemporary debate**. Nova York: Columbia University Press, 1993.

BIELER, A. **Globalization and enlargement of the EU: Austrian and Swedish social forces in the struggle over membership**. Londres: Routledge, 2000.

BIELER, A. Labour, neoliberalism and the conflict over Economic and Monetary Union: a comparative analysis of British and German trade unions. **German Politics**. 12 (2), p. 24-44, 2003.

BIELER, A. Neo-Gramscian approaches to IR theory and the role of ideas: A response to Open Marxism. Artigo apresentado na 21ª conferências annual da British International Studies Association, 16–18 dezembro, University of Durham, 1996.

BIELER, A.; MORTON, A. D. (Eds.). **Social forces in the making of the new Europe: The restructuring of European social relations in the global political economy**. Londres: Palgrave, 2001b.

BIELER, A.; MORTON, A. D. 2001a. The Gordian knot of agency-structure in international relations: A neo-Gramscian perspective. **European Journal of International**

**Relations.** 7 (1), p. 5-35, 2001a.

BIELER, A.; MORTON, A. D. Globalization, the state and class struggle: A “critical economy” engagement with Open Marxism. **British Journal of Politics and International Relations.** 5 (4): 2001c, no prelo.

BOOTH, K. Human wrongs and international relations. **International Affairs.** 71 (1): p. 103-126, 1995.

BUKHARIN, N. **Historical materialism:** A system of sociology. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1969.

BURNHAM, P. Globalization, depoliticization and “modern” economic management. In: BONEFELD, W; PSYCHOPEDIS, K. (Ed). **The politics of change: Globalization, Ideology and critique.** Londres: Palgrave, 2000.

BURNHAM, P. Globalization: States, markets and class relations. **Historical Materialism: Research in Critical Marxist Theory.** 1 (Outuno): p. 150-60, 1997.

BURNHAM, P. Neo-Gramscian hegemony and the international order. **Capital & Class.** 45: p. 73-93, 1991.

BURNHAM, P. Open Marxism and vulgar international political economy. **Review of International Political Economy.** 1 (2): p. 221–231, 1994.

BURNHAM, P. The politics of economic management in the 1990s. **New Political Economy.** 4 (1): p. 37-54, 1999.

BUTTIGIEG, J. A. The legacy of Antonio Gramsci. **Boundary.** 2 14 (3), p. 1-17, 1986

CAMMACK, P. Interpreting ASEM: Interregionalism and the new materialism. **Journal of the Asia Pacific Economy.** 4 (1): p. 13-32, 1999.

COX, R. W. “Take six eggs”: Theory, finance and the real economy in the work of Susan Strange. In: COX R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order.** Cambridge: Cambridge University Press, [1992] 1996c.

COX, R. W. The global political economy and social choice. In: COX R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order.** Cambridge: Cambridge University Press, [1991] 1996f.

COX, R. W. Civil society at the turn of the millennium: Prospects for an alternative world order. **Review of International Studies.** 25 (1): p. 3-28, 1999.

COX, R. W. Civilizations and the 21st century. **International Relations of the Asia Pacific.** 1 (1): p. 105–130, 2001.

COX, R. W. Civilizations in world political economy. **New Political Economy.** 1 (2): p. 141–156, 1996a.

COX, R. W. Civilizations: Encounters and transformations. **Studies in Political Economy**. 27: p. 7–31, 1995b.

COX, R. W. Critical political economy. In: HETTNE, B. (Ed.). **International political economy: Understanding global disorder**. Londres: Zed Books, 1995a.

COX, R. W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. Trad. GONTIJO, C. **Oikos: Revista de Economia Política Internacional**. Vol. 20, No 2, 2021, no prelo.

COX, R. W. Global perestroika. In: MILIBAND, R.; PANITCH, L. (Ed.). **The Socialist Register: New world order?** Londres: Merlin Press, 1992.

COX, R. W. Gramsci y la cuestión de la sociedad civil a fines sel siglo xx. In: KANOUSI, D. (Ed.). **Los estudios gramscianos hoy**. Mexico City: Plaza y Valdés Editores, 1998.

COX, R. W. Gramsci, hegemony and international relations: An essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**. 12 (2): p. 162-175, 1983.

COX, R. W. Production and security. In: COX R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, [1993] 1996d.

COX, R. W. **Production, power and world order: Social forces in the making of history**. Nova York: Columbia University Press, 1987.

COX, R. W. Production, the state and change in world order. In: CZEMPIEL, E.; ROSENAU, J. (Ed.). **Global changes and theoretical challenges: Approaches to world politics for the 1990s**. Toronto: Lexington Books, 1989.

COX, R. W. Realism, positivism, historicism. In: COX R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, [1985] 1996e.

COX, R. W. Reconsiderations. In: COX, R. W. (Ed.). **The new realism: Perspectives on multilateralism and world order**. Londres: Macmillan, 1997.

COX, R. W. Social forces, states and world orders: Beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**. 10 (2): p. 126–155, 1981.

COX, R. W. The forum: Hegemony and social change. **Mershon International Studies Review**. 38 (2): p. 366–367, 1994.

COX, R. W. The way ahead: Towards a new ontology of world order. In: WYN JONES, R. (Ed.). **Critical theory and world politics**. Boulder: Lynne Rienner, 2000b.

COX, R. W. Thinking about civilizations. **Review of International Studies**. 26 (Edição Especial): p. 217–234, 2000a.

COX, R. W. Towards a posthegemonic conceptualization of world order: Reflections on the relevancy of Ibn Khaldun. In: COX R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, [1992] 1996b.

COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. (Ed.). **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAVIES, M. **International political economy and mass communication in Chile: National intellectuals and transnational hegemony**. Londres: Macmillan, 1999.

DRAINVILLE, A. International political economy in the age of open Marxism. **Review of International Political Economy**. 1 (1): p. 105–132, 1994.

DRAINVILLE, A. Of social spaces, citizenship and the nature of power in the world economy. **Alternatives**. 20 (1): p. 51–79, 1995.

GAREAU, F. H. A Gramscian analysis of the social sciences. **International Social Science Journal**. 45 (136): p. 301–310, 1993.

GAREAU, F. H. International institutions and the Gramscian legacy: Its modification, expansion and reaffirmation. **The Social Science Journal**. 33 (2): p. 223–235, 1996.

GEORGE, J. **Discourses of global politics: A critical (re)introduction to international relations**. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

GERMAIN, R. D.; KENNY, M. Engaging Gramsci: International relations theory and the new Gramscians. **Review of International Studies**. 24 (1): p. 3–21, 1998.

GILL, S. **American hegemony and the Trilateral Commission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GILL, S. Constitutionalizing capital: EMU and disciplinary neoliberalism. In: BIELER, A.; MORTON, A. D. (Ed.). **Social forces in the making of the new Europe: The restructuring of European social relations in the global political economy**. Londres: Palgrave, 2001.

GILL, S. Epistemology, ontology and the “Italian school.” In: GILL, S. (Ed.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GILL, S. Globalization, market civilization and disciplinary neoliberalism. **Millennium: Journal of International Studies**. 24 (3): p. 399–423, 1995b.

GILL, S. Gramsci, modernidad y globalización. In: KANOUSI, D. (Ed.). **Los estudios gramscianos hoy**. Mexico City: Plaza y Valdés Editores, 1998.

GILL, S. Reflections on global order and sociohistorical time. **Alternatives**. 16 (3): p.

275–314, 1991.

GILL, S. The emerging world order and European change: The political economy of European Union. In: MILIBAND, R; PANITCH, L. (Ed.). **The Socialist Register: New world order?** Londres: Merlin Press, 1992.

GILL, S. The global panopticon? The neoliberal state, economic life and democratic surveillance. **Alternatives**. 20 (1): p. 1–49, 1995c.

GILL, S. Theorizing the interregnum: The double movement and global politics in the 1990s. In: HETTNE, B. (Ed.). **International political economy: Understanding global disorder**. Londres: Zed Books, 1995a.

GILL, S. Toward a postmodern prince? The battle in Seattle as a moment in the new politics of globalization. **Millennium: Journal of International Studies**. 29 (1): p. 131–140, 2000.

GILL, S.; LAW, D. Global hegemony and the structural power of capital. **International Studies Quarterly**. 33 (4): p. 475–499, 1989.

GILL, S.; LAW, D. **The global political economy: Perspectives, problems and policies**. Londres: Harvester and Wheatsheaf, 1988.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Ed. e trad. C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Ed. E trad. C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Ed. e trad. C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história**. Ed. e trad. C. N. Coutinho, M.A. Nogueira e L.S. Henriques, 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

GRAMSCI, A. **Further selections from the prison notebooks**. Trad. / Ed. D. Boothman. Londres: Lawrence and Wishart, 1995.

GRAMSCI, A. **Pre-prison writings**. Trad. V. Cox, Ed. R. Bellamy. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GRAMSCI, A. **Prison notebooks**. v. 2. Trad. Ed. J. A. Buttigieg. Nova York: Columbia University Press, 1996.

- GRAMSCI, A. **Prison notebooks**. Vol. 1. Trad. J. A. Buttigieg; A. Callari, Ed. J. A. Buttigieg. Nova York: Columbia University Press, 1992.
- GRAMSCI, A. **Selections from political writings, 1910–1920**. Trad. J. Matthews, Ed. Q. Hoare. Londres: Lawrence and Wishart, 1977.
- GRAMSCI, A. **Selections from political writings, 1921–1926**. Trad / Ed. Q. Hoare. Londres: Lawrence and Wishart. 1978
- GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. Trad. / Ed. Q. Hoare e G. Nowell-Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalization in question: The international economy and the possibilities of governance**. Cambridge: Polity Press, 1996.
- HOLLOWAY, J.; S. PICCIOTTO. Capital, crisis and the state. **Capital & Class**. 2: p. 76–101, 1977.
- HOLMAN, O. **Integrating southern Europe: EC expansion and the Transnationalization of Spain**. Londres: Routledge, 1996.
- HOLMAN, O.; H. OVERBEEK; M. RYNER, eds. Neoliberal hegemony and European restructuring. **International Journal of Political Economy**. 28 (1–2). Edições Especiais, 1998.
- HOLMAN, O.; K. VAN DER PIJL. The capitalist class in the European Union. In: KOURVETARIS, G. A. (Ed.). **The impact of European integration: Political, sociological and economic changes**. Westport: Praeger, 1996.
- KATZENSTEIN, P.; R. O. KEOHANE; S. D. KRASNER. International Organization and the study of world politics. **International Organization**. 52 (4): p. 645–685, 1998.
- KEOHANE, R. O. (Ed.). **Neorealism and its critics**. Nova York: Columbia University Press, 1986.
- KEOHANE, R. O. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, R. O. Beyond dichotomy: Conversations between international relations and feminist theory. **International Studies Quarterly**. 42 (1): p. 193–198, 1998.
- KEOHANE, R. O. **International institutions and state power: Essays in international relations theory**. Boulder: Westview Press, 1989a.
- KEOHANE, R. O. International relations theory: Contributions of a feminist standpoint. **Millennium: Journal of International Studies**. 18 (2): p. 245–253, 1989b.
- LEE, K. A neo-Gramscian approach to international organization: An expanded analysis of

current reforms to UN development activities. In: MACMILLAN, J.; LINKLATER, A. (Ed). **Boundaries in question**: New directions in international relations. Londres: Pinter, 1995.

LING, L. H. M. Hegemony and the internationalizing state: A post-colonial analysis of China's integration into Asian corporatism. **Review of International Political Economy**. 3 (1): p. 1–26, 1996.

LINKLATER, A. **The transformation of political community**: Ethical foundations of the post-Westphalian era. Cambridge: Polity Press, 1998.

MORAN, J. The dynamics of class politics and national economies in globalization: The marginalization of the unacceptable. **Capital & Class**. 66: p. 53–83, 1998.

MORTON, A. D. “La Resurrección del Maíz”: globalization, resistance and the Zapatistas. **Millennium: Journal of International Studies**. 31 (1): p. 27–54, 2002.

MORTON, A. D. “La Resurrección del Maíz”: Some aspects of globalization, resistance and the Zapatista question. Artigo apresentado na 42ª convenção anual da International Studies Association, p. 20–24 fevereiro, Chicago, 2001b.

MORTON, A. D. Historicizing Gramsci: Situating ideas in and beyond their context. **Review of International Political Economy**. 10 (1): p. 118–146, 2003c.

MORTON, A. D. Structural change and neoliberalism in Mexico: “passive revolution” in the global political economy. **Third World Quarterly**. 24 (4): p. 631–653, 2003b.

MORTON, A. D. The Social Function of Carlos Fuentes: A critical intellectual or in the “shadow of the state”? **Bulletin of Latin American Research**. 22 (a): p. 27–51, 2003a.

MORTON, A. D. The sociology of theorizing and neo-Gramscian perspectives: The problems of “school” formation in IPE. In: BIELER, A.; MORTON, A. D. (Ed). **Social forces in the making of the new Europe**: The restructuring of European social relations in the global political economy. Londres: Palgrave, 2001a.

MURPHY, C. N. Globalization and governance: A historical perspective. In: AXTMAN, R. (Ed.). **Globalization and Europe**: Theoretical and empirical investigations. Londres: Pinter, 1998a.

MURPHY, C. N. **International organization and industrial change**. Cambridge: Polity Press, 1994.

MURPHY, C. N. Understanding IR: Understanding Gramsci. **Review of International Studies**. 24 (3): p. 417–425, 1998b.

NEUFELD, M. **The restructuring of international relations theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NIMNI, E. **Marxism and nationalism**: Theoretical origins of a political crisis. Londres: Pluto Press, 1994.

OHMAE, K. **The borderless world**. Nova York: Fontana, 1990.

OHMAE, K. **The end of the nation state**: The rise of regional economies. Nova York: Free Press, 1996.

OVERBEEK, H. (Ed.). **Restructuring hegemony in the global political economy**: The rise of transnational neoliberalism in the 1980s. Londres: Routledge, 1993.

OVERBEEK, H. **Global capitalism and national decline**: The Thatcher decade in historical perspective. Londres: Routledge, 1990.

OVERBEEK, H. The forum: Hegemony and social change. **Mershon International Studies Review**. 38 (2): p. 368–369, 1994.

PANITCH, L. Globalization and the state. In: PANITCH, L.; MILIBAND, R. (Ed.). **The Socialist Register**: Between globalism and nationalism. Londres: Merlin Press, 1994.

PANITCH, L. The new imperial state. **New Left Review**. 2<sup>a</sup> ser., 2 (março-abril): p. 5–20, 2000.

PICCIOTTO, S. The internationalization of the state. **Capital & Class**. 43: p. 43–63, 1991.

VAN DER PIJL, K. Ruling classes, hegemony and the state system: Theoretical and historical considerations. **International Journal of Political Economy**. 19 (3): p. 7–35, 1989.

VAN DER PIJL, K. **The making of an Atlantic ruling class**. Londres: Verso, 1984.

VAN DER PIJL, K. **Transnational classes and international relations**. Londres: Routledge, 1998.

POULANTZAS, N. **State, power, socialism**. Londres: New Left Books, 1978.

RADICE, H. “Globalization” and national differences. **Competition and Change**. 3 (4): p. 263–291, 1998.

RADICE, H. Responses to globalization: A critique of progressive nationalism. **New Political Economy**. 5 (1): p. 5–19, 2000.

RADICE, H. Taking globalization seriously. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Ed.). **The Socialist Register**: Global capitalism versus democracy. Londres: Merlin Press, 1999.

RENGGER, N.; HOFFMAN, M. Modernity, postmodernity and international relations. In: DOHERTY, J.; GRAHAM, E.; MALEK, M. (Ed.). **Postmodernism and the social sciences**. Londres: Macmillan, 1996.

ROBINSON, W. I. **Promoting polyarchy**: Globalization, US intervention and hegemony. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RUGGIE, J. G. International regimes, transactions and change: Embedded liberalism in the postwar economic order. **International Organization**. 36 (2): p. 379–415, 1982.

RUPERT, M. (Re-)engaging Gramsci: A response to Germain and Kenny. **Review of International Studies**. 24 (3): p. 427–434, 1998.

RUPERT, M. (Re)politicizing the global economy: Liberal common sense and ideological struggle in the US NAFTA debate. **Review of International Political Economy**. 2 (4): p. 658–692, 1995b.

RUPERT, M. **Ideologies of globalization**: Contending visions of a new world order. Londres: Routledge, 2000.

RUPERT, M. **Producing hegemony**: The politics of mass production and American global power. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a.

SCHECTER, D. **Gramsci and the theory of industrial democracy**. Avebury: Aldershot, 1991.

SHIELDS, S. The charge of the “right brigade”: Transnational social forces and the neoliberal configuration of Poland’s transition. **New Political Economy**. 8 (2): p. 225–244, 2003.

SHIELDS, S. Transnational social forces and the configuration of Polish transition: Neoliberalism revisited. **Irish Studies in International Affairs**. 12: p. 21–37, 2001.

SHOWSTACK SASSOON, A. Globalization, hegemony and passive revolution. **New Political Economy**. 6 (1): p. 5–17, 2001.

SHOWSTACK SASSOON, A. **Gramsci’s politics**. 2ª Ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

SMITH, H. Marxism and international relations theory. In: GROOM, A. J. R.; LIGHT, M. (Ed.). **Contemporary international relations**: A guide to theory. Londres: Pinter, 1994.

SMITH, H. The silence of the academics: International social theory, historical materialism and political values. **Review of International Studies**. 22 (2): p. 191–212, 1996.

SMITH, S. The Canadian-Italian school of international theory. **Mershon International Studies Review**. 39 (1): p. 164–166, 1995b.

SMITH, S. The discipline of international relations: Still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**. 2 (3): p. 374–402, 2000.

Smith, S. The self-images of a discipline: A genealogy of international relations theory. In: BOOTH, K.; SMITH, S. (Ed.). **International relations theory today**. Cambridge: Polity, 1995a.

STE. CROIX, G. E. M. de. **The class struggle in the ancient Greek world from the archaic age to the Arab conquests**. Londres: Duckworth, 1981.

STIENSTRA, D. **Women's movements and international organizations**. Londres: Macmillan, 1994.

STRANGE, S. **The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TAYLOR, I. Hegemony, "common sense" and compromise: A neo-Gramscian analysis of multilateralism in South Africa's post-apartheid foreign policy. Ph.D. diss. University of Stellenbosch, 1999.

TAYLOR, I. **Stuck in middle GEAR: South Africa's post-apartheid foreign relations**. Westport: Praeger, 2001.

THOMPSON, E. P. Eighteenth-century English society: Class struggle without class? **Social History**. 3 (2): p. 133–165, 1978.

THOMPSON, E. P. **The making of the English working class**. Harmondsworth: Penguin, 1968.

TICKNER, J. A. Continuing the conversation ... **International Studies Quarterly**. 42 (1): p. 205–210, 1998.

TICKNER, J. A. You just don't understand: Troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**. 41 (4): p. 611–632, 1997.

VAN APELDOORN, B. Transnational class agency and European governance: The case of the European round table of industrialists. **New Political Economy**. 5 (2): p. 157–181, 2000.

WALTZ, K. N. Globalization and governance. **Political Science and Politics**. 32 (4): p. 693–700, 1999.

WALTZ, K. N. Interview with Ken Waltz. Interview by F. Halliday e J. Rosenberg, 7 maio 1993, Londres. **Review of International Studies**. 24 (3): p. 371–86, 1998.

WALTZ, K. N. Realist thought and neorealist theory. **Journal of International Affairs**. 44 (1): p. 21–37, 1990.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, C. Good girls, little girls and bad girls: Male paranoia in Robert Keohane's

critique of feminist international relations. **Millennium: Journal of International Studies**. 23 (2): p. 337–349, 1994.

WEISS, L. **The myth of the powerless state**: Governing the economy in a global era. Cambridge: Polity Press, 1998.

WHITWORTH, S. **Feminism and international relations**: Towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions. Londres: Macmillan, 1994.

WILLIAMS, R. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

WYN JONES, R., (Ed.). **Critical theory and world politics**. Boulder: Lynne Rienner, 2000.

<sup>1</sup> Professor da Universidade de Sydney.

<sup>2</sup> Embora existam diferenças, o trabalho neorrealista de Kenneth Waltz, bem como o de Robert Keohane, pode ser incluído no mainstream das abordagens de solução de problemas em Relações Internacionais para a hegemonia (ver WALTZ, 1979, 1990, 1998, 1999; KEOHANE, 1984, 1986, 1989a). A crítica clássica continua sendo a de Richard Ashley (1984).

<sup>3</sup> O apelo à síntese tem sido uma preocupação permanente entre muitos defensores do mainstream da teoria de Relações Internacionais (ver BALDWIN, 1993; KATZENSTEIN, KEOHANE e KRASNER, 1998; KEOHANE, 1989a, p. 173-174, 1989b, 1998). Pode ser considerada como uma tática principal para alocar os termos do debate e resolver reivindicações ontológicas e epistemológicas concorrentes (ver SMITH 1995a, 2000; TICKNER 1997, 1998; WEBER 1994).

<sup>4</sup> Para uma discussão útil das linhas e influências contraditórias entre a teoria crítica da Escola de Frankfurt e a teoria crítica das Relações Internacionais, ver Wyn Jones (2000).

<sup>5</sup> Production ... is to be understood in the broadest sense. It is not confined to the production of physical goods used or consumed. It covers the production and reproduction of knowledge and of the social relations, morals and institutions that are prerequisites to the production of physical goods.

<sup>6</sup> hegemony is a form in which dominance is obscured by achieving an appearance of acquiescence ... as if it were the natural order of things ... [It is] an internalized coherence which has most probably arisen from an externally imposed order but has been transformed into an intersubjectively constituted reality.

<sup>7</sup> the characteristics of their historic[al] blocs, i.e. the configurations of social forces upon which state power ultimately rests. A particular configuration of social forces defines in practice the limits or parameters of state purposes, and the modus operandi of state action, defines, in other words, the *raison d'état* for a particular state.

<sup>8</sup> Bring back exploitation as the hallmark of class, and at once class struggle is in the forefront, as it should be.

<sup>9</sup> A concept of control represents a bid for hegemony: a project for the conduct of public affairs and social control that aspires to be a legitimate approximation of the general interest in the eyes of the ruling class and, at the same time, the majority of the population, for at least a specific period. It evolves through a series of compromises in which the fractional, "special" interests are arbitrated and synthesized.

<sup>10</sup> Para outras perspectivas que desenvolvem essa noção de conceitos de controle hegemônico ou abrangente, ver Overbeek (1990, 1993) ou van der Pijl (1998).

<sup>11</sup> A world hegemony is thus in its beginnings an outward expansion of the internal (national) hegemony established by a ... social class[.]

<sup>12</sup> "The national context remains the only place where an historic[al] bloc can be founded, although world-economy and world-political conditions materially influence the prospects for such an enterprise ... [T]he task of changing world order begins with the long, laborious effort to build new historic[al] blocs within national boundaries"

<sup>13</sup> É válido notar que embora a forma estatal do "liberalismo embutido" seja referida por Cox como o "Estado

neoliberal”, este precedente não é seguido. Isso ocorre porque pode ocorrer confusão ao usar seu termo e distingui-lo da compreensão mais convencional do neoliberalismo relacionada aos processos no final dos anos 1970 e 1980, que ele chama de “hiperliberalismo”.

<sup>14</sup> adjustment to the crisis occurred at different rates in different regions, but in each case it resulted in a ‘neoliberal’ shift in governmental economic policy and the increasing prominence of financial capital.

<sup>15</sup> the state as an institutional and social entity ... creates the possibility for the limitation of such structural power, partly because of the political goods and services which it supplies to capitalists and the institutional autonomy it possesses. The stance of the state towards freedom of enterprise ... is at the heart of this issue.

<sup>16</sup> Para uma interpretação semelhante, mas concorrente, ver Picciotto (1991).

<sup>17</sup> may at times have the potential to become hegemonic.

<sup>18</sup> O mesmo argumento também aparece em Gill (1998).

<sup>19</sup> the move towards construction of legal or constitutional devices to remove or insulate substantially the new economic institutions from popular scrutiny or democratic accountability.

<sup>20</sup> a system in which a small group actually rules and mass participation in decision-making is confined to leadership choice in elections carefully managed by elites.

<sup>21</sup> Essas questões são abordadas de maneira interessante em George (1994).

<sup>22</sup> is barely distinguishable from a sophisticated neo-realist account.

<sup>23</sup> questions of justice, legitimacy and moral credibility are integrated sociologically into the whole and into many ... key concepts.

<sup>24</sup> there is a growing contradiction between the tendency towards the globality and universality of capital in the neoliberal form and the particularity of the legitimation and enforcement of its key exploitative relations by the state. Whereas capital tends towards universality, it cannot operate outside of or beyond the political context, and involves, planning, legitimation, and the use of coercive capacities by the state.

<sup>25</sup> must give way to more active sorties against transnational neoliberalism, and the analysis of concepts of control must beget original concepts of resistance.

<sup>26</sup> Para mais tentativas iniciais de lidar com questões de resistência, ver Cox (1999) e Gill (2000, 2001). Uma versão do primeiro está disponível em espanhol; ver Cox (1998).

<sup>27</sup> both the Renaissance state system and politics within the twentieth-century within the same framework and with the same concepts.

<sup>28</sup> Muitas das percepções do próprio Gramsci sobre o conflito entre capital e trabalho, decorrentes da ação política dentro das novas organizações dos trabalhadores conhecidas como Conselhos de Fábrica, em Turim, durante o *biennio rosso* (1919–20), podem ser encontradas em Gramsci (1977, 1978, 1994). Ver também a instigante discussão de Schecter (1991).

<sup>29</sup> is the way in which Gramsci’s legacy gets interpreted, transmitted and used so that it [can] remain an effective tool not only for the critical analysis of hegemony but also for the development of an alternative politics and culture.

*Recebido em 20 de julho de 2021*

*Aceito em 20 de julho de 2021*

*Editado em novembro de 2021*